

P.D. Nº 250

SESSÃO C.A. 22.10.15

DELIBERAÇÃO:

Amovido para arquivo

O Presidente da C.A.

**SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DE
OEIRAS E AMADORA**

Ar. de metarado
p. arquivo

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

N.º 250 /2015

DJEN

DAAJ
p. com. lei/ 2015

21.10.23

**ASSUNTO: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO
SEU PRESIDENTE, COM A FACULDADE SUBDELEGATÓRIA**

Na sequência da publicação do Despacho n.º 9265-C/2013 de 2 de julho foi publicitada na 2ª Série do Diário da República n.º 134 de 15 de julho a criação dos **Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora**, bem como do respetivo **Regulamento de Organização**, o qual entrou em vigor no dia 26 de outubro de 2013, nos termos do seu artigo 69º.

Nos termos conjugados do n.º 5 do artigo 8º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 12º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da alínea pp) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 14º do Regulamento de Organização dos SIMAS, o Conselho de Administração dos SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora foi nomeado, através da proposta n.º 779/2015 da Câmara Municipal de Oeiras e da proposta n.º 564/ 2015 da Câmara Municipal da Amadora, ambas de 2015.10.21, tendo como Presidente o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas, e como vogais o Senhor Vereador da Câmara Municipal de Oeiras, Carlos Alberto Ferreira Morgado, e o Senhor Vereador José Agostinho Marques.

Com efeito, o art.º 13.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que regula o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local enumera as competências do Conselho de Administração dos SIMAS, sendo certo que o Presidente do Conselho de Administração não tem competências próprias que lhe advenham da referida Lei, pelo que se justifica que se lance mão do instrumento da delegação de competências com base nas leis de habilitação que são aquelas que preveem expressamente a faculdade de um órgão delegar poderes noutro.

Nessa conformidade, torna-se agora necessário que o Conselho de Administração nomeado delegue no seu Presidente todas as competências passíveis de delegação e que se repute necessárias à boa gestão dos SIMAS, praticando os atos administrativos de eficácia interna e externa necessários à prossecução dos seus fins.

Q

Assim:

Nos termos do art.º 18.º alínea d) do Regulamento de Organização dos SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora conjugado com o n.º 1 do art.º 44.º e n.º 1 do artigo 46º do novo CPA, aprovado pelo DL n.º 4/ 2015, de 7 de janeiro, **propõe-se** que o Conselho de Administração **delegue** as seguintes competências no seu Presidente, com a faculdade **subdelegatória**:

1) – Autorizar a prática dos seguintes atos administrativos:

- a) A anulação referente a recibos de água, de trabalhos diversos, de tarifas de ligação, bem como de tarifas de conservação até ao limite de € 50.000,00;
- b) Sendo o Conselho de Administração competente para autorizar despesas até € 149.639,37 nos termos do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, mantido em vigor pelo artigo 14º do DL n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o CCP, são delegadas as competências no Presidente necessárias à prática de atos administrativos geradores de despesas ou da assunção de responsabilidades financeiras até ao referido limite legal;

2) – São também delegadas as seguintes competências, destinadas a:

- c) Reembolsos referentes a recibos de água, de trabalhos diversos, de tarifas de ligação, bem como de tarifas de conservação, até ao limite de € 50.000,00;
- d) Abertura e adjudicação de quaisquer outros procedimentos administrativos concursais regulados no Código dos Contratos Públicos, até ao limite de € 149.639,37 nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo artigo 14º do DL n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o CCP (e por repristinação prevista na Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, que determina a cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março, que revogava aquele dispositivo legal);
- e) Proceder ao movimento de contas bancárias tituladas a favor dos SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora, assinatura de cheques, de precatórios cheques e de ordens de pagamento respeitantes a despesas que se encontrem orçamentadas, cabimentadas, comprometidas e autorizadas;

3) – Autorizar os abates de material até ao mesmo limite;

4) – Autorizar a prática dos seguintes atos administrativos em matéria de recursos humanos:

- f) Superintender na gestão e direção do pessoal afeto aos SIMAS;
- g) Justificar as faltas;

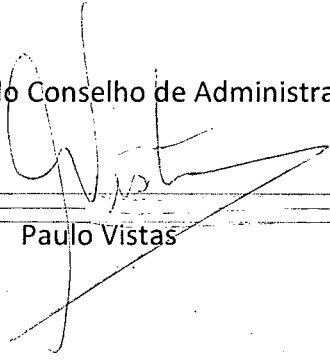


- h) Autorizar a recuperação de vencimento de exercício;
 - i) Autorizar, nos termos da lei, a prestação de trabalho extraordinário;
 - j) Os pedidos de aposentação de pessoal nos termos legais;
 - k) A abertura de concursos de pessoal, assim como de processos sumários de recrutamento e seleção, com vista a contratações a termo certo, bem como a homologação das atas contendo as listas de classificação e ordenação final dos candidatos, referentes a todos os tipos de concurso, de ingresso e de acesso previstos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
 - l) Proceder às respetivas nomeações e autorizações para a contratação de procedimentos administrativos de recrutamento e seleção de pessoal que se confinem até ao valor de € 149.639,37;
 - m) Qualificação dos sinistros como acidentes de serviço, nos termos do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro;
 - n) Autorizar a concessão aos trabalhadores dos SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora da condução de veículos municipais, quando se encontrem no exercício de funções públicas e não ocupem um posto de trabalho caracterizado pela condução de veículos;
 - o) Comunicação prévia da abertura do estaleiro às Atividades das Condições de Trabalho, nos termos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, que procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis;
- 5) –** Assinar toda a correspondência que se destine a comunicar atos administrativos praticados pelo Conselho de Administração;
- 6) –** Praticar todos os atos de administração ordinária (gestão corrente) e que se destinem a assegurar a continuidade das atribuições dos SIMAS, nos termos do n.º 4 do artigo 45.º do novo CPA;

A presente delegação de competências produz efeitos imediatos.

Oeiras, 22 de outubro de 2015.

O Presidente do Conselho de Administração,



Paulo Vistas